

O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Cinthia Vigiane Angerino¹
Silvio Domingos de Freitas²
Silvana Duarte³

RESUMO

O Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), a partir de 2008, com a promulgação da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. O processo de convergência às normas internacionais introduziu importantes inovações na prática contábil brasileira, baseando-se na interpretação dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O presente artigo tem como objetivo analisar a influência das normas contábeis internacionais no instituto do MEI. A Lei 11.638/07 provocou uma série de modificações, refletindo na lei do Micro Empreendedor Individual, sendo que essas alterações procuraram simplificar as atividades do MEI assim como a criação de benefícios que o incentive a sair da informalidade. Será realizada uma análise sobre os benefícios que a nova legislação trouxe ao MEI como, por exemplo, os pré-requisitos quanto a sua formalização.

Palavras-chave: Normas Contábeis Internacionais, Formalização, Microempreendedor Individual (MEI).

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, grande número de trabalhadores encontra-se em situação de vulnerabilidade. O desemprego, o uso intensivo de tecnologia, a competitividade, a falta de qualificação profissional entre outras situações impedem, em muitos casos, a obtenção de um emprego forma.

A informalidade antes vista como sinônimo de atraso toma espaço quando políticas econômicas são incapazes de contê-la. Não se pode negar que o formal e o informal estão inseridos num processo único de geração de capital, para isso podemos enfatizar a pessoa do microempreendedor individual, como forma de amenizar um problema social, a informalidade.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal – UFMS/CPAN

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal – UFMS/CPAN

³ Professora Orientadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal – UFMS/CPAN

O número de empresas na informalidade, em 2003, passou de dez milhões, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003). Numa tentativa de formalizar os trabalhadores que se encontram nesta situação e levando em conta o grau de importância das pequenas empresas para o país é que o Estado tem proporcionado oportunidades para que novos empreendedores possam se legalizar, como as alterações feitas na lei 123/06 influenciadas pelas mudanças na lei 6.404/76 com o advento das normas internacionais, propondo, além de vantagens, uma adaptação aos novos padrões.

Sabe-se que a unificação da contabilidade é um assunto que gera muitas discussões, mas não se pode ignorar o debate sobre a harmonização das normas contábeis em um cenário mundial.

Com isso, as inovações trazidas por essa nova lei também causaram muita inquietação, especialmente para os contadores, gestores, auditores e para o mercado de capitais. Mas, em síntese, pode-se afirmar que as mudanças introduzidas buscam aprimorar a qualidade da informação contábil, tendo como foco principal a sua utilidade para o usuário dessa informação; melhorias visando aprimorar a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas, que são as características qualitativas da informação contábil e que as tornam úteis (Antunes et al, 2012).

O presente artigo tem como objetivo geral estudar o tratamento diferenciado aplicado ao Microempreendedor Individual (MEI), sobretudo quanto ao regime tributário.

Como objetivo específico procurou-se identificar as mudanças na Lei 123/06 que favoreceram o microempreendedor individual, assim como os reais benefícios decorrentes dessas alterações, baseada nas normas internacionais, ressaltando os pontos positivos, em termos econômicos e financeiros, da saída das empresas da informalidade com a simplificação das obrigações tributárias, no tocante a redução do impacto fiscal mediante a tributação unificada e, assim, o para o desenvolvimento e manutenção das pré-empresas que o adotam.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo realizou-se uma pesquisa descritiva, de natureza teórico-exploratória (RICHARDSON, 1999), “com a finalidade de analisar as diferentes abordagens utilizadas na investigação a respeito do empreendedorismo”.

A partir de dados secundários, foi realizado um levantamento de artigos científicos, dissertações e teses relacionadas ao tema e que apresentavam diferentes perspectivas teóricas,

com vistas a apresentar os conceitos e as definições das teorias e do tratamento tributário diferenciado e favorecido dispensado ao micro empreendedor individual.

Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Neste trabalho procurou-se analisar os dados provenientes da pesquisa bibliográfica, permitindo o conhecimento mais aprofundado do regime tributário aplicável ao MEI, influenciado pelas normas internacionais de contabilidade, a partir da lei 11.638/07.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história com a revolução econômico-financeira-contábil e a globalização, o Estado foi percebendo o relevante papel socioeconômico desempenhado pelos microempreendedores individuais na criação de empregos e inclusão social. Para estimular o nascimento e desenvolvimento desta categoria empresarial, vários foram os diplomas normativos editados nos últimos anos, disciplinando um tratamento diferenciado ao MEI. A Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criou condições únicas e muito bem vindas para o trabalhador informal.

A globalização induz os profissionais da área contábil a uma adaptação frente as mudanças ocorridas, mas não só em termos de novas normas e práticas, como também de conceitos e objetivos.

De acordo com Santos (2002) os efeitos da globalização “possui dimensões não somente econômicas, mas também sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, todas articuladas de maneira complexa”; reafirmando uma definição do que vêm a ser globalização como conjunto de relações sociais, com fenômenos dominantes (globalizados) e dominados (localizados), que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais”.

Informalidade é “toda atividade que geralmente seria tributada se fosse reportada às autoridades tributárias” (SCHENEIDER e ENSTE, 2000), já na concepção de Soto (2001) é “conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere os tributos e à regulação”.

Segundo Dolabela (2008), o processo de iniciar um novo empreendimento está incorporado ao processo de empreender, envolvendo mais do que a simples decisão de um problema em uma posição administrativa típica, o empreendedor é um indivíduo que comanda uma empresa, qualquer que seja ela.

As empresas nascem a partir do investimento nas operações necessárias para vender os produtos e serviços escolhidos. Muitos começam pequenos e individuais, portanto é uma visão para lançar um novo empreendimento desempenhando o crescimento e sucesso esperado na carreira profissional (PADOVEZE, 2005).

Existe interesse dos empreendedores e urgência do poder público em se engajar no esforço de orientação e mobilização para disseminar a formalização por todo o País (Tavares; Pereira, 2010). Com as inovações trazidas pelas normas internacionais de contabilidade com a lei 11.638/07, paralelamente, houve a necessidade de mudanças quanto ao tratamento dado ao empreendedor informal, visto que se passava por mudanças na contabilidade como um todo no Brasil. O objetivo do Governo, a partir da implementação das inovações, é estimular a legalização dos empreendedores informais com tratamento diferenciado quanto a carga tributária, no intuito de se tornarem empreendedores individuais legalizados, e para este fim foi criado o programa MEI (Micro Empreendedor Individual) instituído pela Lei complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, regulamentada pela Resolução 58 do Comitê Gestor do Simples, tendo entrado em vigor no dia 1º de julho de 2009.

De acordo com SAIKI e ANTUNES, 2010 com a Lei 11.638/2007 afirmam que

o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, mais comumente conhecidas por IFRS. Essa nova lei introduziu importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas, alinhando, também, a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. Foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras”.

A compreensão da própria Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Nº 128 de 19/12/2008 e recentemente pela Lei Complementar 139 de 10/11/2011, dispõe sobre o sistema simplificado de pagamento de tributos com a criação de

condições únicas e muito bem vindas para o trabalhador denominado de informal, possibilitando que este seja um Microempreendedor Individual devidamente legalizado, desonerando-o de diversas taxações impostas.

Na visão de Dolabella (2008, p. 23), “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”. Observa Dolabella (1999, p. 12) que na formação de empreendedores o fundamental “é preparar as pessoas para aprender a agir e pensar por conta própria, com criatividade liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado transformando esse ato também em prazer e emoção”.

O empreendedor, ao se sentir preparado para desenvolver seus trabalhos de forma criativa, colabora para o desenvolvimento e crescimento da atividade, sendo motivado pela realização de seus objetivos, o qual tende a aperfeiçoar a cada dia sua atuação como administrador, seja ele pequeno ou grande.

No campo da Administração, de acordo com Lacombe (2003, p. 37), as teorias são “um conjunto de princípios e prescrições que visam facilitar a realização dos objetivos das organizações e serão mais ou menos válidos na medida em que isso efetivamente ocorrer”.

O administrador, segundo Chiavenato (2001), é aquele que sabe lidar com as diversas situações, seja com indivíduos ou em casos concomitantemente físicos e abstratos. Trabalha com conhecimento, comércios, clientes, colaboradores, tecnologia, produtos e serviços.

Segundo Maximiano (2007), administrar é um trabalho em que as pessoas buscam realizar seus objetivos próprios ou de terceiros (organizações) com a finalidade de alcançar as metas traçadas. Dessas metas fazem parte as decisões que formam a base do ato de administrar e que são as mais necessárias. O planejamento, a organização, a liderança, a execução e o controle são considerados decisões e/ou funções, sem as quais o ato de administrar estaria incompleto.

Para Ruthes (2009, apud GONÇALVES, 2009, p. 18), “não existe um produto ou um serviço oferecido por uma empresa sem o processo empresarial”, ou seja, parte da premissa básica de que para a elaboração de um produto ou a prestação de um serviço tem de haver um processo administrativo, uma sequência em que há um planejamento onde consta o objetivo, meta e missão da empresa.

Chiavenato (2004) esclarece que o empreendedor é o “indivíduo que começa e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal ostentando as responsabilidades e os riscos buscando inovar continuamente.”

Observa o autor supracitado, que o empresário, assim como citado no Código Civil Brasileiro e no Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, é o empresário individual,

ou seja, aquele que não possui alguma forma de sociedade ou sócio, porém isso não significa que ele não possa ter auxiliares ou colaboradores como empregados

O empresário individual pode ser definido como a pessoa natural, que isoladamente, sem personalidade jurídica, não pode afetar ou destacar parte de seu patrimônio para arriscá-lo no dia-a-dia empresarial e, assim, colocar em risco todo seu patrimônio penhorável (art. 966 e ss. do CC).

Na concepção de Santos (2004 p. 18), o empresário individual é “o profissional que exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens e serviços e não se confunde com os sócios de uma sociedade, que podem ser chamados de empreendedores ou investidores”.

De acordo com Lahóz (2004), 55% dos trabalhadores brasileiros são informais e 85% dos pequenos negócios não pagam impostos, os efeitos da informalidade fazem progredir a sonegação, a pirataria e o contrabando, trazendo efeitos negativos para a economia.

Tiryaki (2008) salienta que a informalidade afeta a volatilidade dos ciclos econômicos, pois atuam como uma combinação ineficiente de capital e trabalho. Tendo em vista que a economia informal é composta por pequenos empreendimentos, por empresas que não possuem registro legal, que fazem com que se torne mais difícil ter acesso a crédito bancário e financiamentos para que possam investir na empresa e promover o desenvolvimento de seu negócio, uma vez que são impossibilitados de comprovar seu rendimento

A nova forma de empreendedor que a Lei 123/06 alterada pela lei 128/08, é um exemplo das novas adaptações que o profissional contábil enfrentará. O microempreendedor é um profissional que atua de forma diferenciada dos demais, isso porque no exercício de suas atividades empresariais é considerado pessoa jurídica de acordo com a nova lei, no entanto, mantém obrigações de pessoa física arcando com o imposto de renda de pessoa física.

De acordo com o § 1º para efeitos da LC, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.146, de 10 de janeiro de 2002 (CC), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 de (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011).

A Lei Complementar de n.º 123/06 trouxe como benefícios da simplificação das obrigações tributárias a desburocratização quanto ao pagamento dos impostos, o qual é fixada uma taxa única para o MEI. Quanto a documentação necessária basta a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços. Mas para gozar dessas melhorias o mesmo terá que se formalizar.

No que se tange à tributação, o MEI poderá optar pela regra de tributação do Simples Nacional ou pelo Sistema de Recolhimento de Valores Fixos Mensais (Simei). O Simei é um sistema de recolhimento Nacional, que consiste em o MEI recolher em único documento (DAS) um valor fixo mensal, relativo ao INSS, ICMS e ISS, independente da receita bruta auferida no mês (RFB, 2011).

Sendo assim, o microempreendedor individual é responsável pela tributação de pessoa física e jurídica, entretanto é importante esclarecer que as duas nunca se confundem. É pessoa jurídica quando arca com os impostos inerentes às suas atividades e se há empregados em seu negócio, recolhendo o INSS, ICMS e ISS, dependendo de sua atividade e estando dispensado pela lei 128/08 do pagamento do PIS, CONFINS, CSLL e IPI e INSS Patronal. Mas, no momento em que o empreendedor repassa o dinheiro do lucro auferido da pessoa jurídica para a pessoa física, este é responsável pelo IRPF. No caso do lucro repassado ser inferior ao que determina a legislação vigente do IRPF, o MEI estará isento do pagamento deste imposto.

A falta de conhecimento sobre os aspectos legais por parte dos trabalhadores informais, segundo o IBGE em pesquisa realizada em 2003, 53% das empresas informais não fazem nenhum tipo de registro contábil, o IBGE acredita que isto seja decorrente de apenas 2% dos empreendedores terem curso superior o que pode acarretar em dificuldade dos registros.

Dessa forma, para garantir um ambiente mais propício ao crescimento e manutenção dessas empresas, é de crucial importância o conhecimento da legislação vigente, principalmente no tocante aos benefícios e garantias que as trazem, como a simplificação das obrigações tributárias, a facilidade de se formalizar, trazendo, assim, o desenvolvimento social e das empresas. Para isso faz-se necessário um entendimento mais detalhado das Leis Complementares por parte de todos os MEI.

De acordo com o Portal do Empreendedor Individual, o MEI poderá se formalizar registrando-se no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), facilitando, em muito, seu processo de formalização, haja vista que este poderá abrir conta bancária, requerer empréstimos para investimentos no empreendimento e ainda emitir notas fiscais, trazendo a possibilidade de ampliação do seu negócio. Com a formalização o empresário pode registrar até 01 (um) empregado, com baixo custo - 3% (Previdência) e 8% (FGTS) do salário mínimo, por mês, totalizando R\$ 59,95. O empregado contribui com 8% do seu salário para a Previdência. Este benefício permite ao microempreendedor admitir o empregado a baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e crescer, gerando melhorias para o meio social (Portal do Empreendedor Individual).

O Microempreendedor Individual também poderá fazer a sua formalização com a ajuda de empresas de contabilidade que são optantes pelo Simples Nacional e estão espalhadas pelo Brasil, as quais realizarão tal processo gratuitamente. (Portal do Empreendedor Individual).

Além da redução da carga tributária, gerada pela regularização daquele profissional que antes não garantia benefícios na informalidade, trás também benefícios previdenciários. A nova lei dá a chance ao profissional de crescimento e inserção social. Uma vez que este está regularizado, se torna capaz de vender a outras empresas seus produtos, se torna apto a contratar funcionários regularmente e, se possível, atingir um faturamento maior, conseguindo no próximo ano o enquadramento no simples (Revista de Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais Aplicadas , 2012).

O poder de negociar com o Governo é um exemplo, o qual é um grande comprador de mercadorias e serviços, nas suas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. O fato de estar formalizado garante o mesmo entrar nesta fatia de mercado possibilitando sua participação em licitação, promovendo seu crescimento contínuo.

O MEI também poderá, quando formalizado, gozar de benefícios como cobertura previdenciária para ele e sua família (auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão). Com essa cobertura ele estará protegido em casos de doenças, acidentes, além dos afastamentos temporários como a licença maternidade, no caso das mulheres, e aposentadoria por idade após 15 anos. A família do microempreendedor terá direito à pensão por morte e auxílio-reclusão, obtendo, dessa forma, uma segurança maior que ele não teria, sendo informal (Portal do Empreendedor Individual).

Cohen e Chen (1997) afirmam que no mundo em desenvolvimento, as microempresas empregam uma parte significativa da força de trabalho, particularmente da força de trabalho feminina, e gerar uma parcela significativa da renda familiar, especialmente em famílias de baixa renda. Refletindo o tamanho do setor de microempresas, mas também uma variedade e perspectivas sobre o seu significado, o desenvolvimento de microempresas é considerado fundamental para a realização objetivos de desenvolvimento variados como, redução da pobreza, geração de emprego, obtendo uma representação socioeconômico muito positiva.

O código civil destaca a simplificação quanto a escrituração contábil das pré empresas como :

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação

respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Com isso Empreendedor Individual fica dispensado da contabilidade formal, como livro diário e razão, e por isso, não precisa escriturar nenhum tipo de livro, devendo apenas arquivar as notas de compra de mercadorias, os documentos do empregado contratado, e o canhoto das notas fiscais que emitir, devendo ainda, registrar mensalmente em formulário simplificado o total das suas receitas, sendo dessa forma, bastante fácil o controle de sua documentação, resguardando-se de uma eventual fiscalização.

E por fim, como mais um benefício gerado às pré empresas, podemos mencionar a segurança jurídica. Sua formalização está amparada em Lei Complementar dando-o segurança em suas atividades. Com isso, a formalização dos MEI traz a cidadania, a qual começa com o direito à dignidade que se traduz na condição humana de autorrealização pessoal, profissional e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi evidenciar os reais benefícios da formalização do MEI, moldando-se aos padrões internacionais de contabilidade, modificados pela lei 11.638/2007 e mais especificamente pela lei nº128/08.

Com toda legislação exposta durante o presente trabalho pode-se afirmar que a figura jurídica do Microempreendedor Individual surgiu com o intuito de aumentar a arrecadação de tributos no país e assim diminuir o número de pessoas que trabalham na informalidade. Também não se pode esquecer da colaboração para o meio social com a sua formalização, tendo em vista que sua contribuição poderá trazer melhorias para a população, como também a criação de novos postos de trabalho.

Pela atual legislação poderá o MEI contratar até um empregado, podendo agora com ampliação da receita bruta, aumentar o seu negócio. Portanto, com tantos benefícios uma das melhores saídas é a formalização, isso porque além das garantias supracitadas o empresário estará cumprindo sua função social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; SILVA, Luciana Cavalcante Pires de; SAIKI, Tatiana Galo. **Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ABC, 2009. CD-ROM.

MARINS, J.; BERTOLDI, M. M. **Simples Nacional. Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte comentado**. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2007.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte; DIEESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, 2008**. Disponível em <http://www.biblioteca.sebrae.cm.br>. Acesso em 18 de junho de 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>. Acessado em 18 de junho de 2013.

PORTAL TRIBUTÁRIO. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acessado em 19 de junho de 2013.

Simples Nacional - microempreendedor individual (MEI). Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/38704>. Acessado em 18 de junho de 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aprovada/resolucao/que trata do MEI.doc> **Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009**. Acessado em 19 de junho de 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006>. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** Acessado em 20 de junho de 2013.

Novo Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10.01.2002** - DOU 1 de 11.01.2002 Disponível em: <http://www.jucepa.pa.gov.br>. Acessado em 22 de junho de 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2007. 4ª ed. p.43 e 44.

PIETROBON, V.; OKAMOTO, P. **Cartilha do Empreendedor Individual**. Copyright. FENACON. 2009.

TIRYAKI, G. F. **A informalidade e as flutuações na atividade econômica**. Estud. Econ. vol.38 nº. São Paulo Jan./Mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612008000100005&script=sci_arttext > Acesso em: 15 jul. 2013.

MAXIMIANO, Antonio César Amauri. **Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital**. São Paulo: Atlas, 2007.

LACOMBE, Francisco José; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração-Princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHIAVANETO, Idalberto; **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Os processos da Globalização. I: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. Pesquisa social: **métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 334 p.

RUTHES, Neimar Arailto. **Microempreendedor individual**. Francisco Beltrão/PR: Clube dos Autores, 2009.

LAHÓZ, André e BLECHER, Nelson. “**Dúvidas sobre o lugar dos grupos brasileiros no mundo**”. Revista Exame. São Paulo: Abril, ano 38, ed. 830, no 22, p. 108-114, 10 de novembro de 2004.

UFSC. **Um Estudo Sobre Vantagens e Desvantagens da Lei do Microempreendedor Individual**. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/Congresso/anaeis/4CCF/20110113224159.pdf>>. Acesso: em 15 de julho de 2013.

Revista de **Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais Aplicadas** - Vol.2 Nº 2 - novembro 2012

SCHNEIDER, F. “**The Increase of the Size of the Informal Economy of 18 OECD Countries: Some Preliminary Explanations**”, Paper presented at the Annual Public Choice Meeting , March 10-12, 2000, Charleston, S.C, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Economia informal urbana. IBGE. Brasília. 2003. Disponível <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>>. Acesso em: 15 julho. 2013.